8 de Janeiro, e obtida a anuência da Electricidade de Portugal (EDP), E. P., determina-se a requisição do engenheiro João António da Silva Pintassilgo para o exercício do cargo de vogal do conselho de administração da TRANSTEJO — Transportes Tejo, S. A.

13 de Julho de 2005. — A Secretária de Estado dos Transportes, Ana Paula Mendes Vitorino.

Secretaria-Geral

Despacho (extracto) n.º 17 879/2005 (2.ª série). — Por despacho de 1 do corrente:

Rita Susana da Silva Romão, técnica de 2.ª classe do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações — reclassificada, em comissão de serviço extraordinária, por um período de um ano, na categoria de técnica superior de 2.ª classe, ao abrigo da alínea *d*) do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro.

A citada funcionária fica posicionada no escalão 1, índice 321. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

2 de Agosto de 2005. — Pelo Secretário-Geral, (*Assinatura ilegível.*)

Direcção-Geral dos Transportes Terrestres e Fluviais

Aviso n.º 7415/2005 (2.ª série). — Menção a que se refere o despacho conjunto n.º 373/2000, de 1 de Março: «Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.»

1 — Nos termos do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, torna-se público que, por despacho do director-geral dos Transportes Terrestres e Fluviais de 19 de Julho de 2005, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar do dia seguinte à data da publicação do presente aviso, concurso interno de acesso geral para preenchimento de quatro vagas de técnico superior principal, da carreira técnica superior, do quadro permanente desta Direcção-Geral, aprovado pela Portaria n.º 417/95, de 9 de Maio, e alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 404-A/98, de 18 de Dezembro, e 141/2001, de 24 de Abril.

2 — O presente concurso é válido apenas para o preenchimento das referidas vagas, caducando com o seu provimento.

3 — Compete genericamente ao técnico superior principal conceber, adoptar e ou aplicar métodos e processos técnico-científicos, elaborando estudos, emitindo pareceres, tendo em vista preparar a tomada de decisão superior sobre medidas de política e gestão, no âmbito das atribuições da Direcção-Geral dos Transportes Terrestres e Fluviais, designadamente nas áreas de actividade normativa, regulação e fiscalização dos transportes terrestres, consulta jurídica e contencioso.

4 — Serviço e local de trabalho — Direcção-Geral dos Transportes Terrestres e Fluviais, Avenida das Forças Armadas, 40, Lisboa, e Delegação de Transportes do Centro, Avenida de Fernão Magalhães, 429, 1.º, Coimbra.

5 — Vencimento e condições de trabalho — o vencimento é o correspondente à respectiva categoria, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, com a redacção dada pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, conjugado com o Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro, e legislação complementar, sendo as condições de trabalho e as regalias sociais as genericamente vigentes para os funcionários da Administração Pública.

6 — Condições de candidatura:

- Encontrar-se nas condições previstas no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;
- Possuir os requisitos estabelecidos na alínea *c*) do n.º 1 e no n.º 3, ambos do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, com a redacção dada pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho;
- Estar habilitado com uma das seguintes licenciaturas:

Direito;
Geografia e Planeamento Regional — Geografia Humana.

7 — Métodos de selecção — os métodos de selecção a utilizar são a avaliação curricular e a entrevista profissional de selecção.

7.1 — Avaliação curricular — são obrigatoriamente considerados e ponderados os factores descritos nas alíneas *a*), *b*) e *c*) do n.º 2 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, visando avaliar

as aptidões profissionais dos candidatos na área para que o concurso é aberto com base na análise do respectivo currículo profissional.

7.2 — Entrevista profissional de selecção — visa avaliar, numa relação interpessoal e de forma objectiva e sistemática, as aptidões profissionais e pessoais dos candidatos face ao disposto no artigo 23.º do mencionado diploma legal.

8 — Classificação final dos candidatos ao concurs:

- A classificação final dos candidatos obedecerá ao disposto no artigo 36.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;
- Em caso de igualdade de classificação, a ordenação dos candidatos resultará da aplicação dos critérios estabelecidos nas alíneas *a*), *b*) e *c*) do n.º 1 do artigo 37.º do mencionado diploma legal.

9 — Os critérios de apreciação e ponderação da avaliação curricular e da entrevista profissional de selecção, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam de acta de reuniões do júri do concurso, sendo a mesma facultada aos candidatos sempre que solicitada.

10 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento de admissão ao concurso, dirigido ao director-geral dos Transportes Terrestres e Fluviais, Avenida das Forças Armadas, 40, 1649-022 Lisboa, e entregue pessoalmente ou remetido pelo correio, registado com aviso de recepção, dentro do prazo de candidatura, dele devendo constar os seguintes elementos:

- Identificação completa (nome, estado civil, nacionalidade, naturalidade, data de nascimento, número, local e data de emissão do bilhete de identidade), residência, código postal e telefone;
- Habilitações académicas;
- Declaração sob compromisso de honra de que reúne os requisitos gerais para o provimento em funções públicas constantes do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;
- Indicação da categoria que o candidato detém, serviço a que pertence e natureza do vínculo;
- Identificação do concurso a que se candidata, mediante referência ao *Diário da República* onde se encontra publicado o respectivo aviso.

11 — O requerimento de admissão será acompanhado da seguinte documentação:

- Curriculum vitae* detalhado, datado e assinado;
- Fotocópia do bilhete de identidade;
- Certificado de habilitações literárias;
- Documentos comprovativos das acções de formação profissional complementar e respectivas durações;
- Declaração emitida pelo serviço ou organismo de origem, devidamente actualizada, da qual conste, de maneira inequívoca, a existência e natureza do vínculo, a categoria que detém e a antiguidade na actual categoria, na carreira e na função pública, bem como a classificação de serviço referente aos anos relevantes para efeitos de concurso;
- Declaração autenticada do serviço especificando as efectivas funções, tarefas e responsabilidades do candidato, bem como o tempo correspondente ao seu exercício;
- Quaisquer outros elementos que o candidato entenda dever apresentar por considerar passíveis de influir na apreciação do seu mérito, os quais, todavia, só serão tidos em consideração pelo júri se devidamente comprovados.

Os candidatos que sejam funcionários da Direcção-Geral dos Transportes Terrestres e Fluviais estão dispensados da apresentação dos documentos já existentes nos seus processos individuais, nomeadamente os mencionados nas alíneas *b*) a *e*) do presente número.

12 — Salvo o disposto na última parte do número anterior, a não apresentação dos documentos comprovativos dos requisitos de admissão, exigidos nos termos do presente aviso, determina a exclusão do concurso, conforme estabelecido no n.º 7 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

13 — Assiste ao júri a faculdade de exigir a qualquer candidato a apresentação de documentos comprovativos de factos por ele referidos que possam relevar para a apreciação do seu mérito, de harmonia com o n.º 4 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

14 — As falsas declarações serão punidas nos termos da lei.

15 — Os candidatos excluídos serão notificados nos termos do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, e a lista de classificação final será publicitada nos termos do artigo 40.º do mesmo diploma legal.

A relação de candidatos e a lista de classificação final serão afixadas na Direcção-Geral dos Transportes Terrestres e Fluviais, Avenida das Forças Armadas, 40, Lisboa, e na Delegação de Transportes do Centro, Avenida de Fernão Magalhães, 429, 1.º, Coimbra.

16 — Legislação aplicável:

Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, com a redacção dada pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho;
Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;
Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro;
Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro.

17 — O júri do presente concurso tem a seguinte composição:

Presidente — Dr. José Vítor Rebelo Nascimento, chefe de divisão.

Vogais efectivos:

Dr.ª Maria Graciosa Silva Farinha, assessora principal da carreira técnica superior, que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos.
Dr. Joaquim Carlos Castanheira da Silva Laço, técnico superior principal, da carreira técnica superior.

Vogais suplentes:

Dr.ª Maria Rosália Dórdio Teles Varela Calado Vilela, assessora principal da carreira técnica superior.
Dr. José Eduardo Maurício Fachada, assessor principal da carreira técnica superior.

3 de Agosto de 2005. — A Directora de Serviços de Administração e Organização, *Maria Gilda Macedo Costa*.

Despacho (extracto) n.º 17 880/2005 (2.ª série). — Por despacho do director-geral dos Transportes Terrestres e Fluviais de 1 de Agosto de 2005:

Maria de Lourdes de Jesus Pereira, assistente administrativa especialista da carreira de assistente administrativo do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Transportes Terrestres e Fluviais — nomeada, definitivamente, precedendo concurso, chefe da Secção de Liquidação da Divisão de Apoio Jurídico, da Direcção de Serviços Jurídicos, do mesmo quadro, sendo exonerada da anterior categoria com efeitos a partir da data da aceitação do novo lugar. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

3 de Agosto de 2005. — A Directora de Serviços de Administração e Organização, *Maria Gilda Macedo Costa*.

Instituto dos Mercados de Obras Públicas e Particulares e do Imobiliário, I. P.

Aviso n.º 7416/2005 (2.ª série). — *Processo de contra-ordenação.* — Para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 36.º do Decreto-Lei n.º 77/99, avisa-se que, no âmbito do processo de contra-ordenação n.º 156/03-MI, e por decisão tomada em 24 de Janeiro de 2005, tornada definitiva em 21 de Março de 2005, ao abrigo das competências atribuídas pelos n.ºs 1 e 2 do artigo 34.º do diploma legal citado, foi aplicada uma admoestação a Predial Meliá — Sociedade de Mediação Imobiliária, L.ª, número de identificação de pessoa colectiva 502077808, com sede/instalações habituais na Rua do Jogo da Bola, 1.º, direito, 2775-587 Carcavelos, por violação do disposto nos n.ºs 2, 3 e 4 do artigo 7.º e no n.º 4 do artigo 21.º, todos do Decreto-Lei

n.º 77/99, de 16 de Março, e nos termos das alíneas d) e c) do n.º 1 do artigo 32.º do diploma legal citado, isto é, por falta de clara identificação da empresa em local de atendimento, designadamente ausência de indicação do prazo de validade da licença, por falta de indicação do número de licença na correspondência, por falta de identificação no âmbito do exercício da actividade de mediação imobiliária, nomeadamente através do uso de cartões de identificação, e por falta de publicitação da existência de livro de reclamações.

2 de Agosto de 2005. — O Presidente do Conselho de Administração, *H. Ponce de Leão*.

Instituto Nacional do Transporte Ferroviário, I. P.

Rectificação n.º 1407/2005. — Para os devidos efeitos, se declara que o regulamento n.º 42/2005, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 107, de 3 de Junho de 2005, saiu com incorrecções.

Assim, rectifica-se que, no preâmbulo do diploma, onde se lê «Após audição do conselho consultivo do Instituto Nacional do Transporte Terrestre» deve ler-se «Após audição do conselho consultivo do Instituto Nacional do Transporte Ferroviário», no n.º 1 do artigo 3.º, onde se lê «Instituto Nacional do Transporte Terrestre (INTT)» deve ler-se «Instituto Nacional do Transporte Ferroviário (INTF)», e, no n.º 2 do artigo 7.º, onde se lê «para o que apresentar» deve ler-se «para o que apresenta».

3 de Agosto de 2005. — O Presidente, *António Brito da Silva*.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL

Direcção-Geral de Estudos, Estatística e Planeamento

Despacho n.º 17 881/2005 (2.ª série). — Para efeitos do n.º 2 do artigo 70.º do Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Central, Regional e Local, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 24/84, de 16 de Janeiro, faz-se público que, por despacho do Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social de 14 de Junho de 2005 e na sequência de processo disciplinar, foi aplicada à técnica profissional de 1.ª classe, Maria Eugénia Soares Duarte, do quadro de pessoal do extinto Departamento de Estudos, Prospectiva e Planeamento do antigo Ministério do Trabalho e da Solidariedade, a pena de aposentação compulsiva, prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 11.º do mesmo Estatuto Disciplinar.

4 de Agosto de 2005. — A Directora-Geral, *Maria Cândida Soares*.

Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu, I. P.

Listagem n.º 168/2005. — Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 19.º da Portaria n.º 799-B/2000, de 20 de Setembro, publicam-se os apoios FSE concedidos desde 1 de Janeiro e até 30 de Junho de 2005 no âmbito do PO Regional Madeira:

(Em euros)

Número de identificação fiscal	Entidades beneficiárias dos pedidos	Apoios concedidos	
		Custo total	FSE
511135610	Academia de Informática Brava, Engenharia de Sistemas, L.ª	14 049,30	10 747,71
511093772	ACIM — Associação Comercial e Industrial de Machico	36 692,54	31 188,66
511010494	ACS — Associação do Comércio e Serviços da Região Autónoma da Madeira	17 015,72	12 423,36
511159854	AFARAM — Associação de Familiares e Amigos do Doente Mental da RAM	168 970,12	143 624,60
201167476	Alzira de Fátima Pombo Garcia	1 785	1 517,25
511142170	AMBIRAM — Ambiente, Formação, Jardinagem e Gereatria, L.ª	84 003,02	71 402,57
135946409	Ana Cristina Machado Trindade	1 785	1 517,25
511010362	APEL — Associação Promotora do Ensino Livre	130 104,80	110 589,08
511068697	Associação Comercial e Industrial de Porto Santo	22 686,86	19 283,83
511015356	Associação Comercial e Industrial do Funchal — Câmara de Comércio e Indústria da Madeira	106 829,68	90 805,23
511043686	Associação de Jovens Empresários Madeirenses — AJEM	156 790,12	133 271,60
511028628	Associação dos Jovens Agricultores da Madeira e Porto Santo	81 770,50	69 504,93
511027605	Associação Regional para Desenvolvimento das Tecnologias de Informação na Madeira	96 582,37	78 262,37